

# Construção civil: sem otimismo

por Eduardo Corrêa



Romeu Chap Chap

Um quadro de desolação une os canteiros de obra de todo o País. Os repetidos cortes nos investimentos das estatais e órgãos públicos, as reprogramações de cronograma, os atrasos continuados dos pagamentos e o esgotamento do Sistema

Financeiro da Habitação (SFH) levaram todo o otimismo

que restava dos construtores de obras leves e pesadas, arrastando junto projetistas, montadores industriais e fornecedores de materiais de construção, além de deixar um rastro dramático de desemprego de mão-de-obra não qualificada.

A ligação entre os diversos segmentos da construção e os gastos públicos não permitiria outra situação. "Cerca de 80% da receita das empresas de engenharia provém de encomendas oficiais", diz o presidente da Associação Brasileira de Engenharia Industrial (Abemi), José Luiz do Lago. No caso das empresas de edificações, a dependência é ainda mais forte. Os construtores apóiam-se fortemente em recursos oriundos das cadernetas de poupança e do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), rigidamente controlados pelas autoridades monetárias e, hoje, perto de um definitivo esgotamento.

Do encontro destes problemas, surge uma queda geral nas vendas do setor — no caso das construtoras residenciais chega a uma quase paralisação das atividades — associada a uma deterioração acentuada da saúde das empresas menos capitalizadas e uma hibernação das líderes do setor. Não há mais nichos de mercado a salvo de problemas como acontecia, por exemplo, com as obras contratadas pela Petrobrás, principalmente aquelas à volta da Bacia de Campos. Até meados do ano passado, as

plataformas de mar alto, o oleoduto até a Refinaria Duque de Caxias e serviços complementares garantiam serviço abundante e pagamentos em dia para um grupo de empresas. Mas as obras terminaram e a Petrobrás não sabe quando iniciará as expansões programadas.

A marcha lenta nos canteiros traz, ainda, um problema adicional, mas de forte impacto para as empresas. Os contratantes têm passado a empregar seu pessoal ocioso em funções antes reservadas a pessoal das construtoras, praticamente forçando-as a demissões em seus corpos técnicos. "Mandar engenheiros embora significa abater parte do patrimônio tecnológico da empresa, mais importante até do que suas máquinas e equipamentos", diz o vice-presidente da Associação Paulista de Empresas de Obras Públicas (APEOP), Paulo Roberto Godoi Pereira.

O desemprego atinge, assim, todos os escalões da empresa, ainda que a balança tenda, desproporcionalmente, para o lado dos operários não qualificados. Lago, da Abemi, estima que 25% dos 500 mil empregados das empresas de engenharia tenham perdido o emprego nos últimos meses. Dados do Sine estimam que, em maio, a construção civil, em São Paulo, utilizava metade da mão-de-obra empregada em 1977. Outro dado igualmente preocupador, colhido pelo Idorte, no Rio de Janeiro, demonstra que 55% dos trabalhadores do setor, são analfabetos ou semi-analfabetos; 45% deles vieram diretamente da lavoura e 44% têm entre seis e dez irmãos.

O desemprego, por sua vez, vai realimentar uma cadeia que enfraquece ainda mais o SFH. O bolo do FGTS perde massa com as retiradas e com ausência de novos depósitos, enquanto caem os depósitos em cadernetas de poupança e crescem as retiradas para complementação da renda perdida ou achatada. "E há ainda uma série de boatos ou notícias que assustam quem pode depositar e a concorrência predatória de outros papéis", diz o presidente do Sindicato das Empresas de Compra, Venda, Locação e Administração de Imóveis (Secovi), Romeu Chap Chap.

As alterações implantadas nas cadernetas de poupança nos primeiros dias de agosto teriam vindo, segundo o presidente da Associação Brasileira de Empresas de Crédito Imobiliário e Poupança (Abecip), Nelson da Matta, para repor as perdas sofridas pelas empresas depois de um desastroso mês de julho e melhorar a posição do Fundo de Assistência à Liquidez (FAL), do BNH. A construção, admite da Matta, será muito pouco beneficiada.

A fraqueza do SFH reflete-se no ritmo da construção residencial: segundo pesquisas da Empresa Brasileira de Estudos do Patrimônio (Embraesp), os lançamentos de edifícios residenciais ou comerciais em São Paulo equivaleram, no primeiro semestre, a 31% dos lançamentos do ano anterior, no mesmo período.

Ao final de mais de seis horas de debates, os empresários reunidos pelo grupo de Construção Civil e Minerais Não Metálicos do II Colóquio Multi-Setorial, recomendaram soluções em dois níveis. Um, mais urgente, que ajude a sobrevivência das empresas. Destas recomendações, o pagamento em dia das obras executadas e a adição de correção monetária aos atrasos é considerada fundamental por Lago, da Abemi.

Já Godoi Pereira, da APEOP, pede um redirecionamento dos investimentos públicos para obras sociais, como habitação, redes de saneamento, transportes de massa e infra-estrutura urbana e, ao mesmo tempo, que haja uma divisão destas obras pelo maior número de construtoras possível.

Em âmbito global, os empresários pedem "um planejamento unificado e confiável na programação das obras e de recursos para sua execução", maior participação da iniciativa privada no processo decisório e um reequacionamento da política econômica. Da Matta sugere que a caderneta de poupança seja transformada no principal mecanismo de captação do governo, mesmo que seus recursos sejam empregados em áreas que não a construção civil.